

**Parecer nº 122/98**

Data: 1998.10.07

Processo nº 443

**Reclamante:** Ana Maria de Carvalho Seixas e outros.

**Entidade reclamada:** Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

**I - O Pedido**

1. Ana Maria de Carvalho Seixas e outros, devidamente identificados, todos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa, reclamam, invocando a Lei nº 65/93, do indeferimento tácito do requerimento que dirigiram ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 17 de Junho de 1998.

2. São os seguintes os termos desse requerimento:

"Vêm nos termos da lei e pela terceira vez requerer a V. Exa. que, no seguimento das questões feitas por V. Exa. a funcionários municipais, entre os quais os ora requerentes, relativamente ao novo edifício sito ao Campo Grande, nºs 15-29, para onde se programa fazer transitar alguns serviços municipais:

- V. Exa. ponha à disposição para consulta dos ora requerentes, no prazo de 10 dias úteis, os Processos Administrativos relativos a esta obra;
- V. Exa. emita e faça entrega aos requerentes no prazo 10 dias úteis, por certidão, de resposta completa, incluindo documentos que integram o processo respeitante àquele edifício sito no Campo Grande, designadamente do "estudo o qual foi aprovado pela CML em data anterior à publicação do PDM de Lisboa" e dos projectos de arquitectura e das especialidades aprovados, bem como dos termos de responsabilidade dos respectivos autores".

## **II - O Direito**

1. É ambígua a qualidade em que os autores do requerimento se dirigem ao Presidente da Câmara, já que, pretendendo exercer o seu direito de acesso a documentos administrativos, assegurado por força da lei a todo e qualquer cidadão, referem a sua condição de funcionários da Câmara e dirigem o seu requerimento ao Presidente - cita-se - "no seguimento das questões feitas por V. Exa. a funcionários municipais, entre os quais os ora requerentes".
2. Dever-se-à, no entanto, entender no sentido mais favorável o requerimento dos ora reclamantes, não havendo qualquer dúvida de que, enquanto cidadãos, têm inquestionável direito de acesso, nos termos pretendidos, aos documentos que referem, inequivocamente todos eles documentos administrativos (artigo 1º e alínea a), do número 1, do artigo 4º, ambos da Lei nº 65/93) .

## **III - Parecer**

A CADA é de parecer que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa deve facultar a Ana Maria de Carvalho Seixas e demais signatários o acesso, pelos meios pretendidos, aos documentos referidos no seu requerimento de 17 de Junho de 1998.

Lisboa, 7 de Outubro de 1998.

*Silva Marques* (Relator) - *José Magalhães* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).